

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)

Caixa Postal 6135 - 13083-857 - Campinas - SP

[www.eco.unicamp.br/cesit](http://www.eco.unicamp.br/cesit)

E-mail: [cesit@eco.unicamp.br](mailto:cesit@eco.unicamp.br)

**CADERNOS DO CESIT**

(Texto para discussão n. 16)

**ALONSO DE OLIVEIRA E  
“O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO”**

José Gilberto Scandiucci Filho\*

Campinas, novembro de 1995

---

\* Doutorando em Teoria Econômica do Instituto de Economia

## ALONSO DE OLIVEIRA E "O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO"

*José GILBERTO Scandiucci FILHO \**

*"O capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução da humanidade. Com isto, é excluída a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas diferentes nações. Obrigado a seguir os países avançados, o país atrasado não se ajusta em seu desenvolvimento à concatenação de etapas sucessivas. O privilégio dos países historicamente atrasados é (...) poder assimilar as coisas, ou melhor, é ser obrigado a assimilá-las antes do prazo previsto, saltando sobre uma série de etapas intermediárias" (Trotsky)*

Que os excessos de generalidade e de lógica puramente formal tornam a "ciência econômica" particularmente pobre para compreender os problemas concretos do mundo real, reconhece-o a maioria dos teóricos de outras áreas das Humanidades. Mesmo alguns economistas de grande envergadura (Keynes, Schumpeter, Robinson, Hicks, Galbraith, Aglietta) criticaram, em inúmeras passagens, as vicissitudes da abstração descomedida da "ciência econômica" em relação à História e às instituições.

Interessante notar, entretanto, que inclusive algumas formulações de teóricos fortemente ligados ao pensamento marxista também se excederam na abstração dos fatos concretos relevantes, ainda que o próprio Marx tenha sido o precursor do materialismo *histórico*. Exemplo marcante desse equívoco são as tentativas de construção de "modelos gerais" de formação do modo de produção capitalista. "Modelos" que generalizam grosseiramente para todo e qualquer caso os estudos de Marx sobre a constituição do capitalismo na Inglaterra.

No outro extremo da "ciência econômica" e dos "modelos marxistas", entretanto, estão as tentativas de considerar cada processo histórico como rigorosamente particular. A postura dos historicistas, sempre ansiosos em reconhecer as singularidades do objeto estudado, é o exemplo que vem à mente. Ora, é claro que os processos históricos apresentam-se, na sua concretude, como processos sempre específicos. Mas é necessário, com o auxílio de mediações e métodos apropriados - cuja ausência parece ser a grande lacuna dos historicistas -, desenvolver formulações em um nível mais elevado de abstração, reduzir certas experiências históricas em

---

\* Doutorando em Teoria Econômica - IE/UNICAMP. Agradeço a Cláudio Dedecca pela sugestão do artigo; a Ronaldo Herrlein Jr. pelas idéias aqui presentes na "Consideração Final" da seção 3; a José Carlos Braga pelo conceito de "capitalismo monopolista-competitivo". Desnecessário acrescentar que os erros e lacunas à frente são de minha responsabilidade.

determinações mais genéricas. Caso contrário, assistiríamos atônitos ao desaparecimento da teoria nos mares do empiricismo.

A tese de doutoramento do professor Carlos Alonso de Oliveira, apresentada em 1985 na UNICAMP e intitulada "*O Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado*", é uma análise teórica (e não empírica, nem historicista, portanto) dos processos de formação das sociedades industriais, e que procura evitar os excessos da "ciência econômica" e de alguns marxistas equivocados. É um grande esforço de síntese teórica da evolução dos diferentes processos de industrialização principalmente no tempo, mas também no espaço.

É texto dos que já nasceram clássicos. O presente artigo, por seu turno, procura sistematizar suas linhas gerais. Tarefa, aliás, impossível de se realizar na sua perfeição, já que o próprio texto daquele autor é de uma sistematização impecável. Nossos comentários críticos estão dispersos no texto.

As páginas que seguem estão divididas em quatro seções. A *primeira seção* resume a crítica de Alonso de Oliveira à teoria convencional do desenvolvimento econômico, ramo da "ciência econômica" que gozara de grande prestígio nas décadas de 1950 e 1960, e que muito recentemente tem voltado à tona (indiretamente) a partir dos "modelos novoclássicos de *economic growth*". A *segunda seção* procura mostrar os conceitos teóricos realmente necessários à compreensão do processo de industrialização (cap. 1 e 2, Parte I, da Tese).

Mas tais conceitos teóricos não são suficientes (e aqui a divergência do autor com a "ciência econômica" e os "modelos gerais") ao estudo da industrialização no tempo histórico. Assim, a *terceira seção* ressalta a contribuição de Alonso de Oliveira na sistematização das mediações históricas relevantes para uma análise histórico-concreta (cap.3, Parte I). A *quarta seção* (e a mais extensa) desenvolve tal análise histórico-concreta para as industrializações dos séculos XVIII e XIX (Parte II da Tese).

## **1. INTRODUÇÃO: A PRECARIIDADE DA TEORIA CONVENCIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Na "Introdução" de seu trabalho, Alonso de Oliveira descarta a "teoria convencional do desenvolvimento econômico" (em virtude de seu caráter eminentemente técnico e a-histórico) como substrato teórico para a análise da formação das economias

industriais. Ao final, justifica o porquê da escolha de Marx como autor relevante para o estudo do surgimento do modo de produção capitalista em diferentes nações, desde que resgatado com o auxílio de certas mediações históricas.

### ***Rostow e Lewis: leituras "técnicas" do processo de industrialização***

O término da II Guerra Mundial deu espaço, dentre os autores da “ciência econômica”, a uma maior preocupação teórica com os problemas de desenvolvimento econômico, principalmente no que se refere às condições fundamentais para a formação de uma economia industrial integrada. Rostow e Lewis destacam-se nos estudos acerca de uma virtual passagem de uma sociedade tradicional para a maturidade industrial. Na linha desses autores, tal questão equivaleria à indagação de como o capital acumular-se-ia progressivamente nos setores manufatureiros.

Rostow, por exemplo, terminaria por listar os requisitos necessários para tal processo: transformações na produção agrícola, desenvolvimento do capital social básico (talvez a partir do Estado) e necessidade de uma elite social que lidere o movimento. Lewis aprofunda-se na análise do setor capitalista, que leva adiante as decisões de investimento; a questão residiria pois, no surgimento exógeno de uma classe progressista.

*“Este rápido sumário das idéias de Rostow e Lewis basta para situar a problemática da teoria do desenvolvimento econômico: o desenvolvimento aparece como um processo eminentemente técnico, como a constituição de uma sociedade industrial onde o progresso tecnológico contínuo está assegurado”* (p.3).<sup>1</sup> O caráter demasiadamente “abstrato” (no mau sentido da palavra) daquelas formulações limita sua capacidade para explicar os movimentos concretos de industrialização na história do capitalismo.

### ***Por que Marx?***

De modo muito diferente, Marx teria concebido o capital como uma relação social. Como tal, o problema é de natureza histórica, obrigando à diferenciação dos processos de desenvolvimento, em função dos cenários econômicos internacionais diversos e das especificidades nacionais relevantes. Alonso de Oliveira propõe-se, pois, a considerar a

---

<sup>1</sup> No presente artigo, todas as citações sem referência correspondem obviamente ao trabalho de Alonso de Oliveira (1985).

formação do modo de produção capitalista à luz de Marx, reforçando a questão das mediações históricas em sua análise.

Trata-se, portanto, de compreender a problemática da industrialização. Observe o leitor que se adota aqui o conceito de *industrialização* que Cardoso de Mello tem em mente: "*A industrialização capitalista (...) deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção (...) Pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas (...) em termos da constituição de um departamento de bens de produção, capaz de permitir a autodeterminação do capital.*" (Cardoso de Mello, 1990, p.97).

## **2. MARX E OS ELEMENTOS LÓGICO-TEÓRICOS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO**

Esta seção procura estabelecer os momentos lógicos do processo de industrialização. Mais especificamente, tem dois objetivos. *Primeiro*, compreender o capital comercial como um momento necessário para o surgimento do capital industrial, dado que estimula e acelera o processo de mercantilização da economia. Necessário, mas não suficiente: o surgimento do capital industrial requer também outros elementos, fornecidos basicamente pelo regime anterior de produção (feudalismo). O capital comercial, isoladamente, é incapaz de revolucionar a estrutura produtiva. *Segundo*, mostrar de que modo, já estabelecido o capital industrial, a maquinaria subordina realmente o trabalhador ao meio de trabalho e inaugura o movimento de "auto-determinação" do capital. Supera, portanto, os limites impostos pelo capital mercantil e pela produção manufatureira.

### ***Capital comercial, capital usurário e desigualdade das trocas***

Nas origens do modo de produção capitalista (antes, portanto, de sua constituição), haveria uma relação de dominância do capital comercial sobre a esfera produtiva (pré-capitalista). Como se dava a dinâmica do capital comercial neste momento?

A circulação de mercadorias (M-D-M, ou vender para comprar) estabelece, por si só, as condições necessárias para o surgimento da forma D-M-D' (comprar para vender), transformando o dinheiro e as próprias mercadorias em capital. Em outras palavras, a mera

circulação M-D-M já estabelece os elementos para a sua inversão: D-M-D'. A mercadoria e o dinheiro são, portanto, suficientes para o aparecimento do capitalista em sua face primitiva, “antediluviana”: o comerciante. O capital nasce logicamente da circulação simples. E, enquanto capital comercial, valoriza-se apenas com o movimento dessa mesma circulação. O lucro (diferença D'-D), por enquanto, não só se manifesta e se realiza na esfera da circulação: ele origina-se exatamente nela. Senão, vejamos.

Se a produção ainda não é capitalista, a equivalência das trocas eliminaria a possibilidade do lucro. O lucro provém justamente da desigualdade das trocas: comprar barato para vender caro. Desigualdade facilitada, diga-se de passagem, pela posição dominante do capital comercial frente à esfera produtiva, permitindo fixação de preços elevados.<sup>2</sup> Donde se conclui que o capital, nessa forma, pode coexistir com qualquer regime de produção.<sup>3</sup>

O capital usurário surge juntamente com o capital comercial. “*À diferença do capital a juros, o capital usurário desenvolveu-se numa sociedade onde não impera o regime capitalista de produção, e sua ação não aparece como uma relação entre capitalistas, mas como uma relação entre o capitalista e produtores que detêm a propriedade de suas condições de trabalho*” (p.10).

### ***A expansão contraditória do capital comercial e do capital usurário***

No início, o capital comercial não se apoderou ainda da esfera produtiva, nem essa é propriamente capitalista, como vimos. Mas os valores de uso vão progressivamente tornando-se mercadorias,<sup>4</sup> e os produtores vão dependendo cada vez mais do comércio para satisfação de suas necessidades. Daí a divisão social do trabalho, com especialização das unidades produtivas. Fato que, por sua vez, expande os mercados e acelera a valorização do capital comercial.

Também o capital usurário estimula, contraditoriamente, a produção mercantil, pois a pressão para o pagamento do juro impulsiona a ampliação das receitas de venda por parte do produtor.

---

<sup>2</sup> Observe que o lucro de nosso comerciante, nesse momento, ainda não é capaz de se originar no âmbito dos valores, mas surge no momento de transformação do valor em preço.

<sup>3</sup> Contrariamente ao capital industrial, o qual exige outras condições para o seu pleno desenvolvimento. O ponto será retomado adiante.

<sup>4</sup> “Mercadoria” enquanto objeto produzido necessariamente para a troca. O capital comercial impulsiona a produção de “valores de troca”, acentuando a mercantilização da economia.

Aqui o fundamental: o capital comercial não é capaz de, por si só, revolucionar as condições produtivas; e nem precisa fazê-lo, como vimos, para a reprodução de seu movimento de acumulação. Contudo, exerce grande influência na dissolução das organizações pretéritas de produção e, portanto, na sua própria superação enquanto forma hegemônica de capital.

*“[Mas] o sentido para o qual este processo de dissolução se encaminhe, isto é, os novos modos de produção que venham a ocupar o lugar dos antigos, não dependerá do comércio mesmo, mas do caráter que tivesse o regime antigo de produção”* (citação de Marx, p.13). A expansão do capital comercial, embora contraditória, não significa *em si* um caminho pré-determinado em direção ao modo de produção capitalista. Pelo contrário, esse sentido dependerá do modo anterior de produção.

### ***O papel decisivo da pequena produção independente...***

O regime antigo de produção, e não a mercantilização em si, é o fator decisivo para a compreensão do porquê do surgimento de um modo de produção capitalista. Ainda, do próprio autor: *“Portanto, o que deve ser explicado é como a ação dissolvente do comércio sobre o modo de produção feudal gerou as condições para a gênese do capitalismo. (...) Na verdade, o processo de constituição do capitalismo é possibilitado, em última instância, pela própria natureza das formas de organização da produção do feudalismo: a agricultura camponesa e o artesanato urbano”* (p.14). Tais regimes foram acentuando o caráter da pequena produção independente, no campo e na cidade.

A independência dos produtores entra em cena como estímulo à expansão do capital. *Só nos locais em que estão gestadas as condições próprias, só nos locais em que vigora a pequena produção independente triunfa o modo de produção capitalista.* Nesse sentido é que o desenvolvimento do capital comercial não é suficiente para encaminhar o processo de constituição do modo capitalista de produção.

### ***...e dos mecanismos extra-econômicos***

Mas mesmo tal pequena produção independente termina por se constituir em entrave à valorização do capital. A partir de certo momento, é necessária, por exemplo, a existência de trabalhadores destituídos dos meios de produção. O problema é que a dinâmica do

capital comercial é insuficiente para constituir as bases de sua própria valorização. Devem pisar no palco outras forças para tal fim: foram, portanto, também extra-econômicos os mecanismos que constituíram as bases sobre as quais se funda a auto-valorização do capital. Foi também extra-econômico o fenômeno inicial da proletarização: a transformação do pequeno produtor independente em trabalhador destituído dos meios de produção. Agora o capital-dinheiro, nas mãos da burguesia mercantil, possibilitará a compra direta dos meios de produção e da força de trabalho, não se restringindo à esfera da circulação.

### ***Os limites da manufatura: (i) subordinação formal***

O processo passa pela expansão do “putting-out”, onde o produtor mantém a propriedade sobre os meios de produção;<sup>5</sup> e depois pela manufatura, a qual, do ponto de vista lógico-conceitual, é fundamental para compreensão da formação do sistema capitalista.

A manufatura desenvolve o trabalho em cooperação, cuja extração de uma massa de mais-valia permite (i) o surgimento de uma classe improdutiva; e (ii) ganhos de produtividade que reduzem o valor da força de trabalho. Some-se a desqualificação parcial do trabalhador. *Parcial*, pois “do ponto de vista material o trabalhador conforma uma unidade técnica com seu instrumento de trabalho, pois é ele quem domina o ritmo de produção e, em última instância, quem regula o processo de trabalho” (p.21). Por isso, a subordinação do trabalhador ainda é “formal”.

Esta última observação explica como o trabalhador ainda resiste ao capitalista. O trabalhador impede, a partir de certo limite imposto por sua destreza e habilidade, ganhos significativos de produtividade que resultassem em extração de mais-valia relativa. Mais: os meios de subsistência eram basicamente produzidos por unidades pré-capitalistas, tornando o salário, enquanto custo de reprodução da força de trabalho, variável independente do processo de acumulação de capital. Dados tais entraves aos ganhos de produtividade, “o capital constante utilizado na acumulação cresce muito lentamente em relação ao capital variável. Isto significa que a demanda de força de trabalho no mercado cresce praticamente na mesma proporção que a acumulação de capital” (p.23). A manufatura encontra, pois, limites nítidos à extração da mais-valia relativa, identificando-se muito mais com a mais-valia absoluta (prolongamento da jornada de trabalho).

---

<sup>5</sup> É claro que, dada a vulnerabilidade do produtor frente ao capital comercial, tal propriedade é puramente nominal.



A mão-de-obra na manufatura ainda é relativamente especializada e, portanto, escassa frente aos requisitos da acumulação. Assim, o mercado de trabalho tinha de ser regulado pela violência, pelo terrorismo e pela legislação, ou seja, por mecanismos extra-econômicos.

### ***Os limites da manufatura: (ii) a questão dos mercados***

Entretanto, o mais importante parece ser o seguinte: a manufatura não é capaz de gerar seus próprios mercados. Não há um setor capitalista produtor de meios de produção que pudesse alimentar de forma contínua a demanda. Pelo contrário, os meios de produção (a exemplo dos meios de subsistência) são produzidos de forma artesanal.

Nesse sentido, a manufatura requer o capital mercantil para ampliação de seus mercados de consumo. Daí a política mercantilista do período: são necessários mercados externos para alimentar a demanda.

Numa leitura menos lógico-conceitual que histórico-concreta, diríamos que este período de transição para o modo de produção capitalista configura uma estrutura heterogênea, onde convivem várias formas de organização de produção. O capital comercial é o responsável pela articulação e reprodução dessa heterogeneidade. A expansão dessa forma de capital requer quantidade crescente de mercadorias. Porém, após a transformação da economia natural em mercantil, o crescimento da produção só seria possível via incrementos de produtividade. E, como visto, os limites são claros. Por outro lado, também fazia-se necessária a ampliação crescente dos mercados de consumo. *O capital comercial, pois, passa a se apegar nos privilégios mercantilistas, adotando posição agora conservadora.* Da mesma forma, o capital usurário, ao monopolizar o crédito e fixar-lhe os juros, surge como entrave ao desenvolvimento do capitalismo.

### ***Maquinaria e subordinação real do trabalhador***

Os requisitos para a formação do modo de produção especificamente capitalista seriam a força de trabalho livre, o capital monetário centralizado e o desenvolvimento dos mercados. O capital mercantil, associado à produção manufatureira, e em conjunto com elementos sócio-econômicos do regime anterior de produção, cria, de alguma forma, esses elementos. Mas também é importante ressaltar o papel do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, da criação das bases técnicas adequadas ao capital. A implementação da

*maquinaria* supera os limites impostos pela destreza do trabalhador. Permite ganhos de produtividade subjacentes à auto-determinação do capital. Daí o modo de extração de mais-valia especificamente capitalista (mais-valia relativa), e o rompimento do “*princípio subjetivo que regulava a divisão técnica do trabalho*” (p.31).

Nesse sentido, há revolução na esfera produtiva, arrasando todas as formas pretéritas de produção. O requerimento de um volume crescente de máquinas impossibilita a sua produção pela manufatura. Daí o último passo para a constituição das forças produtivas adequadas ao capital: a produção fabril de máquinas. Nesse momento, o trabalhador encontra-se desqualificado na totalidade do processo de produção. É a subordinação *real* do operário frente ao instrumento de trabalho. A predominância do fator objetivo sobre o subjetivo no processo de produção. A máquina ditando o processo de trabalho. Processo de trabalho que, por esse motivo, pode rapidamente incorporar mulheres e crianças para a valorização do capital. Incorpora também o campo, fato que acelera a criação de um exército industrial de reserva.

A ciência é colocada a serviço do capitalismo, com permanentes revoluções técnicas.<sup>6</sup> “*A apropriação é agora regulada de forma especificamente capitalista e a lei do valor transforma-se em lei de valorização do capital*” (p.35).

### ***A preponderância do departamento produtor de meios de produção***

Explicado o processo de constituição das forças produtivas capitalistas, convém agora ressaltar os elementos do processo de acumulação sobre estas bases já constituídas. Em outras palavras: qual a dinâmica do capital industrial?

O setor de meios de produção ( $D_I$ ) expande-se mais rapidamente que o de meios de consumo ( $D_{II}$ ), o que se reflete numa tendência à elevação da composição orgânica do capital. Aliás, o capital passa a determinar o seu próprio regime de acumulação, sendo a magnitude dos salários a variável dependente - o capital liberta-se dos limites da oferta de trabalho no mercado. Liberta-se, aliás, de várias formas: pelo aumento da produtividade (e conseqüente liberação de trabalhadores antes empregados); pela desqualificação crescente do trabalhador; pela destruição de formas pretéritas de produção. A acumulação incentiva a extração de mais-valia relativa (através de diminuição do valor da força de trabalho), elevando a

---

<sup>6</sup> O aumento da produtividade (e a conseqüente redução do tempo de trabalho socialmente necessário) é fruto, note-se, da busca de mais-valia extraordinária e da concorrência entre capitais.

taxa de exploração mesmo quando sobem os salários reais. Tornam-se desnecessários os mecanismos extra-econômicos de coerção.<sup>7</sup>

A acumulação de capital estabelece a predominância do  $D_I$  sobre o  $D_{II}$  na geração e difusão das inovações técnicas. O  $D_I$  torna-se (e só pode se tornar) o setor preponderante do modo de produção capitalista. A existência desse setor produtor de meios de produção é fundamental para que o capital desenvolva seu processo de auto-valorização. Pois na medida em que os meios de produção expandem-se mais rapidamente que os bens de consumo, o  $D_I$  constitui mercado final para o próprio capital. O consumo pessoal vê-se subordinado ao consumo produtivo (investimento).<sup>8</sup>

Na medida em que “*as relações fundamentais de compra e venda são realizadas no interior do próprio aparelho industrial, o capital industrial pode então relegar o capital comercial a uma posição subordinada*”, muito embora o comerciante “*passa a apropriar-se de parte alíquota da massa de mais-valia proporcional ao volume de seu capital*” (p.42). Mas agora o capital comercial somente *realiza* o lucro na esfera de circulação. De fato, o excedente já fôra *gerado* na esfera produtiva, e o capital comercial apenas se apropria da fração desse excedente que lhe cabe enquanto capital.

O capital usurário, por sua vez, vai cedendo espaço para o capital a juros e para o sistema bancário. Ambos rompem com o monopólio dos metais preciosos e realizam plenamente o caráter social do capital. Colocam à disposição dos capitalistas todo o valor engendrado pela acumulação e também possibilitam a mobilidade de capitais que permite o surgimento de uma taxa média de lucro enquanto tendência.

---

<sup>7</sup> A não-necessidade não implica inexistência: o sangue e a coerção física podem muito bem permanecer por longo tempo... O texto de Alonso de Oliveira peca por omitir observação nesse sentido. Omissão que pode levar o leitor (não só de Alonso de Oliveira, mas - convenhamos - do próprio "Capital") a entender o "Estado Liberal" como o grande guardião da lei e da paz.

<sup>8</sup> Uma observação importante: estamos tentando mostrar a dinâmica da auto-determinação do capital, ou seja, o movimento através do qual o capital valoriza-se independentemente de mecanismos extra-econômicos. O capital agora é “Sujeito”, capaz de buscar seus objetivos a partir de suas próprias determinações (v. R.Fausto, 1987, pp.186-190). Mas é claro que tal movimento não elimina, absolutamente, a possibilidade da crise de demanda efetiva. Pode ocorrer, a qualquer momento, a contração violenta das decisões de gasto. Não estamos no mundo da “Lei de Say”, em que “a oferta cria imediatamente sua própria demanda”. Apenas houve um deslocamento do consumo (pessoal) para o investimento, enquanto agregado fundamental para o funcionamento do sistema. Os matemáticos diriam que o consumo tornou-se a “variável dependente”. Em outras palavras, a crise é sempre possível, embora não seja mais devido ao “subconsumo”. A crise agora é fruto da insuficiência das decisões de investimento. Ora, o investidor é o capitalista. Daí a “auto-determinação do capital”. Apenas foram superadas as barreiras externas à acumulação do capital. *Livre-me Deus dos amigos, que dos inimigos me livrarei eu.*

### 3. "MEDIÇÕES HISTÓRICAS": A CHAVE DE PASSAGEM PARA O CASO CONCRETO

A seção anterior apontou os momentos lógico-conceituais mais importantes para o estudo da industrialização à luz de Marx. A seção seguinte, por outro lado, desvenda os casos *concretos* de formação do capitalismo, tarefa a que Marx *não* se propôs n' *O Capital*. A presente seção, portanto, oferece a chave metodológica de passagem entre os dois grupos acima. Nesse sentido, conclui pela impossibilidade de um "modelo geral" (ainda que marxista) dar conta das especificidades históricas. Ou seja, conclui pela inviabilidade de se partir *apenas* dos conceitos lógicos anteriores como se suficientes fossem para o estudo sistemático da constituição do modo de produção capitalista em cada país. Entretanto, resultaria em esterilidade do próprio pensamento afirmar (no outro extremo) que cada caso histórico de industrialização é absolutamente particular. Nem num extremo, nem em outro, é possível a construção de alguns *padrões teóricos* que agrupem certos casos semelhantes. Tais padrões teóricos são construídos a partir de duas mediações fundamentais, as quais funcionam, grosso modo, como critério de classificação: as especificidades do regime de produção anterior; e a etapa vivida pelo capitalismo em nível mundial.

#### *As mediações como categorias que negam os "modelos gerais"*

Pode-se afirmar que Marx não realizou um estudo histórico da formação do capitalismo inglês - ele estaria muito mais preocupado em reter os *momentos lógicos* do processo de gênese do modo de produção capitalista em geral, a constituição de seus elementos fundamentais. Mas não que seja um "modelo" para qualquer capitalismo (como o querem alguns); pelo contrário, seus estudos são sempre historicamente determinados. O que se pode construir são, além das determinações lógico-conceituais apontadas n' *O Capital*, alguns padrões teóricos distintos nos movimentos de constituição do capitalismo em diferentes nações.

Tais padrões teóricos (os quais, como veremos à frente, correspondem aos conceitos de industrialização originária, atrasada e tardia) são construídos justamente a partir de certas "mediações históricas". Ou seja, as mediações identificam as condições objetivas (histórico-concretas) relevantes para uma apropriação pelo historiador econômico na busca

daqueles padrões teóricos relativamente genéricos. Nem tão genéricos como um “modelo geral”,<sup>9</sup> nem tão particulares como o “historicismo”. Esse é o ponto.

Três marxistas do início do século destacaram-se na discussão dessas categorias que dão conta das “circunstâncias históricas” (e que originarão os conceitos de industrialização de Alonso de Oliveira), a saber: Lênin, Trotsky e Gramsci.

### *As duas mediações históricas relevantes*

Lênin formula algumas idéias quando do debate com os populistas russos acerca do desenvolvimento do capitalismo naquele território. Para Lênin, a pequena propriedade no campo não só não contradizia, *naquele momento histórico* com o capitalismo, como estava, dentro dela, os elementos a formação desse último. Lênin ressalta, pois, a importância da *especificidade do regime de produção anterior*: essa a primeira mediação que nos interessa.

Mas esta mediação, se bem relevante, está sujeita a outra mais genérica. Posteriormente, em polémica no interior das correntes marxistas, Lênin e Trotsky apontam as “circunstâncias históricas” dos movimentos de 1905, não podendo ser considerado “equivalente”, por exemplo, ao período revolucionário francês do final do século XVIII. Em outras palavras, *há que se levar em conta o cenário mundial em que se encontram inseridos os diferentes processos*: daí a segunda mediação importante para nosso estudo. (Gramsci caminha na mesma direção ao discutir o processo de unificação nacional da Itália, negando, por um lado, a total autonomia do mesmo e, por outro lado, o mero reflexo do movimento francês).

Lênin, portanto, a partir dessa segunda (e mais genérica) mediação, preocupa-se com alguma periodização do desenvolvimento capitalista mundial. Ou seja, procura algumas fases distintas da história do capitalismo mundial, que forneçam o pano de fundo sobre o qual cada processo concreto se desenrola. A periodização deve partir dos movimentos de acumulação

---

<sup>9</sup> "(...) é inviável a construção de modelos de desenvolvimento econômico capazes de dar conta dos complexos movimentos da constituição do capitalismo em diferentes países. (...) Como construir teoria geral, quando o regime capitalista é constituído em diferentes momentos da própria história do capitalismo a nível mundial, ou seja, em diferentes etapas da evolução do regime capitalista?" (Oliveira, p.190).

"A Revolução Industrial na França ou na Alemanha foi muito distinta da britânica, não somente devido às circunstâncias e recursos peculiares de cada um desses países, mas também porque se transformaram em um período posterior e porque de fato não realizaram algumas das transformações" (Landes, p.250).

"(...) pelo mero fato de seu atraso, o desenvolvimento de um país atrasado pode diferir fundamentalmente, em muitos e importantes aspectos, do seguido por um país avançado" (Gerschenkron, p.10).

dos países desenvolvidos,<sup>10</sup> para fornecer, em última instância (porque é a mediação decisiva), os elementos a partir dos quais se constata as especificidades. O grau de desenvolvimento das forças produtivas das nações mais desenvolvidas condiciona e, em certa medida, determina a natureza das relações econômicas internacionais.

Um exemplo vem do próprio Lênin: a constatação do imperialismo, como fase superior do capitalismo (2ª mediação), poderia, juntamente com o atraso da Rússia (1ª mediação), determinar o proletariado como única força social capaz de realizar as tarefas históricas da burguesia.

Observe: *"a formação do capitalismo em cada nação é determinada, em primeira instância, pelo passado, pela estrutura econômica e social que precede o capitalismo ; mas este processo é também determinado, em última instância, pela etapa vivida pelo capitalismo em nível mundial"* (p.61). A partir de ambas as mediações, surge a classificação, ainda por Alonso de Oliveira, de alguns padrões de industrialização: *"podemos denominar de capitalismo originário (Inglaterra) ao capitalismo que se conforma num mundo ainda imerso na era da acumulação primitiva e num país de passado feudal. De capitalismo atrasado (Alemanha, França etc.) àquele capitalismo que se constitui na etapa concorrencial do capitalismo em países de passado feudal. De capitalismo tardio (países da América Latina) ao capitalismo que se forma na etapa monopolista do capitalismo, em nações de passado colonial"* (idem).<sup>11</sup>

### ***Consideração final***

À guisa de "consideração final" dessa seção, vale notar que a identificação das "mediações históricas" é a contribuição mais importante do trabalho de Alonso de Oliveira. Menos porque permitem a construção dos padrões de industrialização, do que por constituírem-se na ferramenta do historiador econômico para a análise do caso concreto. Os "padrões de industrialização" em si parecem conceito mais restrito. Referem-se apenas ao conjunto de circunstâncias particulares, semelhantes em alguns territórios, que possibilitariam o *salto da*

---

<sup>10</sup> É óbvio que Lênin tinha em mente o caráter desigual da evolução do capitalismo em nível mundial. É preciso, portanto, considerar o movimento de acumulação *nos países mais avançados* como marco inicial para compreensão do capitalismo mundial.

<sup>11</sup> A fim de evitar confusão meramente conceitual, adiantamos ao leitor que, no âmbito do presente trabalho, chamamos às industrializações do século XIX de *retardatárias* ou *atrasadas*; e às do século XX de *tardias*. Mais à frente, completaremos a definição. Por ora, vale ressaltar que o conceito, diverso do de Cardoso de Mello (*op.cit.*, p.98), muito mais próximo está do de Gerschenkron (1968).

*industrialização* destes territórios no mesmo período. Nada mais que isso. Se entendido como processos, eles mesmos, semelhantes de industrialização, o conceito torna-se problemático. Em outras palavras: países identificados no mesmo "padrão de industrialização" (*EUA e Alemanha, por ex.*) apresentaram condições semelhantes, no mesmo período (*meados do séc. XIX*), para a industrialização; mas não necessariamente desenvolveram a indústria nos mesmos moldes, porque outros fatores podem ser bem distintos (*papel das finanças industrializantes na Alemanha, por ex.*). O ponto é importante, e não tem o devido destaque no trabalho de Alonso de Oliveira.

#### **4. ANÁLISE HISTÓRICA: INDUSTRIALIZAÇÕES ORIGINÁRIA E ATRASADA**

Através das mediações históricas acima, torna-se claro que a Inglaterra configura um padrão particular (“originário”). Seu processo de industrialização *não* ocorre sob a égide do capitalismo em nível mundial. Pelo contrário, é justamente a conclusão da industrialização inglesa que inaugura o modo de produção capitalista. Esta seção procura, *em primeiro lugar*, buscar as razões da “originariedade” inglesa. Ressalta o alto grau de mercantilização da economia e de desenvolvimento do capital comercial. Entretanto, o que realmente particularizaria a Inglaterra seria a coesão de interesses entre as classes comerciais e *produtivas*, impedindo que a acumulação de capitais se restringisse a mercadores privilegiados.

*Em segundo lugar*, o objetivo dessa seção é compreender as industrializações atrasadas, ou seja, as que ocorrem já sob a égide do capitalismo concorrencial a nível mundial. Dá-se destaque ao modo pelo qual os países de industrialização atrasada terminaram por se constituir em economias mais dinâmicas que a própria Inglaterra.

##### ***Da crise feudal ao mercantilismo***

Ainda no período medieval, inicia-se, em alguns territórios europeus, processo de acumulação de capital nas mãos de uma burguesia mercantil, com base na produção artesanal. De início, o poder político da burguesia mercantil estava centrado nas cidades. Entretanto, o poder municipal torna-se progressivamente inadequado para garantir recursos à expansão do

comércio de longa distância. Por outro lado, a maior parte dos artesãos e da aristocracia feudal possuía interesses que se viam ameaçados pela acumulação de capital. É, portanto, um período de crise social, solucionado basicamente pela formação dos estados nacionais absolutistas, num movimento claramente favorável ao capital comercial.

Os entraves das produções manufatureiras à extração da mais-valia relativa e, conseqüentemente, à acumulação mercantil obrigam à captura e criação de circuitos comerciais (mercados de consumo). Daí originam-se os monopólios, o colonial sobretudo, o qual, como aponta Novais, “*aparece como momento fundamental para a superação das tensões sociais da crise do feudalismo, já que constituía empresa na qual os setores em pugna estavam interessados*” (citação de F. Novais, p.67).

O movimento configura um sistema tributário nacional e uma nova ordem legal, adequada aos interesses mercantis. No âmbito colonial, diga-se de passagem, o capital vê-se obrigado a invadir a esfera produtiva sob a égide do trabalho compulsório, para garantir regularidade da oferta. A própria colônia é importante como mercado para a produção metropolitana de manufaturas, além de permitir o afluxo de toneladas de metais preciosos, necessárias ao dinamismo das relações de troca. É o surgimento do mercado mundial, de circuitos comerciais interdependentes.

### ***O desenrolar histórico nos diferentes países***

Mesmo dentro do continente europeu, é importante notar a posição relativa de cada nação na apropriação dos lucros comerciais (resolvida muitas vezes pela guerra), juntamente com suas especificidades no que se refere à crise do feudalismo. Por que o pioneirismo inglês no processo de industrialização?

\* Nas regiões em que a crise do feudalismo intensificou o poder local das cidades (italianas e alemãs), foi impossível o desenvolvimento fabril, pela incapacidade de fazer frente às grandes nações nos circuitos coloniais.

\* Mesmo onde triunfa a unificação, torna-se necessária a solidariedade da monarquia com os interesses burgueses. Fato que não ocorre na Rússia, Polônia e Prússia, onde a servidão é transformada (mas não eliminada), para servir de base à grande produção agrícola vinculada ao mercado mundial. Além disso, o governo nacional faz concessões ao capital estrangeiro. Os lucros mercantis, portanto, ou são consumidos como renda pela aristocracia rural, ou são remetidos ao exterior. A acumulação, na realidade, não assume caráter mercantil.



\* Mas o intenso desenvolvimento do capital mercantil, sob configuração monárquica, também não são condições suficientes para a constituição do capitalismo. Seria também preciso o surgimento de uma burguesia poderosa e de uma base produtiva nacional, fatores ausentes em Portugal e Espanha. São nações cujo processos de centralização ocorrem de forma precoce e nas quais, por isso mesmo, o poder absolutista combina-se com uma sociedade basicamente estamental. A falta de dinamismo termina por entregar o comércio exterior a estrangeiros.

\* A Holanda teria reunido as condições acima. A marinha holandesa alcança posição hegemônica no mercado mundial do século XVII, pelo fortalecimento do capital comercial e usurário. Entretanto, a iniciativa da produção nacional sempre fôra tímida frente a tal supremacia do capital comercial. O poder deste último impediria a adoção contínua e coerente de políticas protecionistas que incentivassem a produção nacional. O processo de valorização mercantil independia da produção nacional, e a Holanda perde posição no século XVIII, com o florescimento das medidas protecionistas inglesas e francesas.

\* Na França, a mercantilização do campo não culminou na predominância do avanço sobre as terras comuns e do arrendamento do capitalismo, mas sim na intensificação de alguns hábitos feudais e na constituição do sistema de “métayage”. É notório o fortalecimento das corporações na França a partir do próprio absolutismo.

Observa-se, portanto, nos casos acima, que o histórico-concreto reproduz algumas determinações lógicas analisadas anteriormente. (Nem poderia deixar de fazê-lo, já que as categorias teóricas foram fundadas a partir dos próprios fatos materiais). Embora dinamizador até certo momento, o capital comercial assume caráter conservador frente ao movimento de acumulação. Nesse caso, devemos lógica e necessariamente buscar determinações outras que dêem continuidade ao processo de constituição do capitalismo. É a Inglaterra que, além do florescimento do capital comercial, oferece o conjunto das condições necessárias para a gênese do modo de produção capitalista.

### ***Inglaterra: mercantilização do campo e das cidades***

A nobreza inglesa tem seu poder enfraquecido nas guerras dos séculos XIV e XV. O debilitamento da aristocracia feudal obrigou-a a fazer concessões ao rei, à burguesia mercantil e aos camponeses.

No campo, já predominavam, pois, trabalhadores livres (“yeomen”) e médios proprietários oriundos da nobreza (“gentry”). Indicativo do alto grau de mercantilização na Inglaterra é o fato de que a própria terra já se apresentasse como mercadoria. Posteriormente, o movimento da Reforma acentua a debilidade do clero, a centralização política (pela afirmação religiosa do espaço nacional) e o fortalecimento da burguesia mercantil.

Mas o desenvolvimento das cidades e a conseqüente “*pressão da crescente demanda impunha (...) que se realizassem transformações na forma de organização produtiva do campo, vale dizer, mudanças que tornassem contínuas as glebas, sob a forma de propriedade privada, de maneira que tornasse possível o desenvolvimento da grande produção, apta a absorver o investimento capitalista*”. (p.84) Os “yeomen” vão desaparecendo enquanto classe social. Os camponeses ou se enriqueciam (“kulaks”) ou se proletarizavam. Tal surgimento de trabalhadores “livres”, somado à alta dos preços agrícolas e da lã, favorece a figura do arrendamento (sob a grande produção agrária mercantil) e do processo cruel dos “cercamentos”. A organização comunal é solapada, fornecendo mão-de-obra para as cidades. Em suma, o que interessa dessa exposição impressionista é que as relações de produção no campo vão configurando as três classes sociais emergentes: os grandes proprietários rentistas, os arrendatários capitalistas e os jornaleiros rurais.

Todo esse conjunto de transformações sociais no campo possibilitariam (i) o atendimento da demanda urbana por matérias-primas e; (ii) o surgimento do campo enquanto mercado consumidor da produção das cidades.

Nas cidades, por outro lado, as rupturas também são marcantes. O capital mercantil, pressionado pelos ganhos de produtividade, inicia processo de subordinação do artesanato. É claro que, de início, mantém-se a antiga estrutura corporativa. Contudo, alguns mestres artesãos aproveitam-se do êxodo rural para contratar trabalho assalariado, acentuando o processo de diferenciação social.

As frações do capital comercial que encontraram entraves na regulamentação gremial urbana organizam o sistema de “putting-out” no campo, num duro golpe aos antigos modos de produção. O comércio, portanto, já está aqui fortemente associado à esfera produtiva. O consumo de massas vai sendo gestado.

No plano externo, a expansão marítima conciliava esses interesses emergentes, através das companhias monopolistas. “*Entretanto, não é o desenvolvimento do comércio que torna peculiar a evolução da Inglaterra neste período, mas sim o fato de que frente aos estímulos do comércio, a esfera produtiva reagia e alterava suas formas de organização*” (p.93). Desde o período feudal, a *produção* precedia o desenvolvimento do capital mercantil ligado à exportação. O atraso deste último obrigava o desenvolvimento da produção nacional enquanto momento para acumulação. Os produtores se fortalecem como classe e investem os lucros do comércio exterior. Em outras palavras: a evolução da história inglesa, nesse período,

manifesta forte tendência de desenvolvimento simétrico do capital comercial e da produção mercantil. Nessa simetria está a raiz das particularidades inglesas que explicam a precocidade do modo de produção capitalista naquele espaço.

### ***O poder dos setores produtivos ingleses***

No século XVII, a diferenciação no seio da sociedade inglesa configura uma situação ímpar em que a própria política mercantilista, centrada nas grandes companhias, já constituía um entrave para os pequenos produtores do campo e da cidade, para os arrendatários, para os capitalistas das manufaturas e para a “gentry”. Essa é uma das chaves para a compreensão da Revolução Inglesa, ou seja, a união de vários setores urbanos e rurais em torno do caráter produtor-mercantil de suas atividades, e em oposição à monarquias e aos interesses das oligarquias comerciais.

A vitória daquela coalisão, sob a liderança dos “gentry”, abre espaço às políticas de fomento à constituição do capitalismo. O resultado é claro: solapamento da própria pequena produção independente e de outros estamentos de resquício feudal, em meio à emergência de formas superiores de produção. A concorrência vê-se estimulada e, se a esfera produtiva não determina ainda o ritmo de acumulação, é simplesmente pela incapacidade *técnica* da manufatura. Criam-se os mecanismos da dívida pública e um sistema bancário mais ágil que estimula a captação de recursos holandeses.

No plano exterior, o Parlamento intensifica a política protecionista (Atos de Navegação), mas não como privilégio de algumas companhias; pelo contrário, procurava atender aos interesses mercantis nacionais como um todo, em detrimento dos estrangeiros. E também fundamentalmente em favor do capital produtivo nacional: a inexistência de grandes diferenciais de produtividade entre as nações obrigava à utilização de tarifas alfandegárias como mecanismo de proteção. Tais conquistas dos produtores, por sinal, demonstram a predominância dos mesmos frente aos comerciantes, em políticas ditadas pela manufatura e pelo “putting-out”. É no desenvolvimento prévio daquelas classes que jaz as razões do sucesso da política mercantilista como instrumento para constituição do modo de produção capitalista na Inglaterra. Era uma política unilateralmente burguesa, que simultaneamente conquistava mercados externos consumidores.

O dinamismo do setor produtivo inglês, somado ao sucesso da política protecionista externa com ele entrelaçada, permite, portanto, configurar uma divisão internacional do trabalho em que a Inglaterra especializa-se nas atividades manufatureiras. A própria França não foi capaz de acompanhar tal movimento (muito embora houvesse relativo desenvolvimento do “putting-out” e da manufatura), pois o quadro de agudas tensões sociais não permitiu a coerência de políticas essencialmente burguesas. Artesãos, camponeses e nobres entravariam a dissolução das relações feudais de produção na França.

### ***A Revolução Industrial como superação dos limites à acumulação***

A Inglaterra, pois, teria reunido os pré-requisitos para o processo de industrialização, ou seja, massa de trabalhadores livres, prévia acumulação de capital-dinheiro, prévia existência de mercados, desenvolvimento agrícola suficiente tanto para atender demandas do capital industrial, quanto para oferecer mercados para a produção urbana. Nesse sentido, a produção manufatureira, por si só, já engendraria os limites para os aumentos de produtividade necessários à valorização do capital. Estava aberto o espaço para a Revolução Industrial.

As crescentes demandas por produtos manufaturados aceleram o processo de especialização das ferramentas e de formação de trabalhadores qualificados para sua produção. São basicamente homens práticos que (e aqui jaz outra particularidade) vêm-se impelidos a adaptá-las rapidamente aos negócios. A prévia acumulação de capitais mercantis financia (principalmente através do reinvestimento dos lucros e do moderno sistema bancário inglês) o crescimento dos estabelecimentos comerciais e a implementação da infra-estrutura necessária (estradas, canais, portos).

Em resumo, os determinantes mais gerais do processo de inovações que caracterizou a Revolução Industrial são: a natureza da sociedade (“homens práticos” ligados à produção/comércio); a conjuntura econômica (demanda de manufaturados ingleses por todo o globo); e prévia acumulação de capital mercantil, acompanhada de moderno sistema bancário. Contrariamente, os conhecimentos e concepções em que se baseava o núcleo da nova tecnologia já haviam sido elaborados em séculos anteriores. Não se trata de uma “revolução científica”.

Os excepcionais ganhos de produtividade na indústria têxtil desabaram os preços dos artigos, arrasando as formas artesanais de produção; ao mesmo tempo, a desqualificação do trabalho permitiu incorporação da imensa maioria da população, solucionando o problema da

escassez de mão-de-obra e seu conseqüente encarecimento. O modo de produção capitalista triunfa em meio a miséria.

*“E foi exatamente o grande peso que atingiu a têxtil na estrutura produtiva que explica por que este ramo de produção pôde desencadear o processo de industrialização, criando as condições para que se diferenciasse o departamento produtor de meios de produção”* (p.116). É a partir desse último momento que se autonomiza o progresso técnico e se criam as condições para a auto-valorização do capital, como visto na seção 2. A indústria têxtil liderou a Revolução Industrial inglesa, mas impulsionou indiretamente uma vasta gama de atividades do Departamento I. Essa é uma particularidade da Inglaterra, que explica a mera exigência de capitais de pequena monta pela industrialização em seus primeiros momentos; a conseqüente expansão vai-se fundar no reinvestimento dos próprios lucros industriais (auto-financiamento). Ou seja, não houve assimetria entre o nível de acumulação e o padrão tecnológico. O que houve foi o contínuo desenvolvimento da “empresa familiar” em direção à grande indústria.

De modo diferente, nos outros países (“atrasados”, a partir desse momento), o processo de industrialização requeriria a instalação vultosa do Departamento I, dado o descompasso entre o nível de acumulação e o (agora maior) grau de desenvolvimento das forças produtivas.

### ***"Pax Britannica" e livre-concorrência***

A conclusão do processo de industrialização na Inglaterra inicia, por sua vez, uma nova etapa do capitalismo mundial - o capitalismo concorrencial do século XIX (1830-1890). A valorização do capital ocorre, basicamente, dentro da esfera produtiva. Ou, por outra: há, pela primeira vez, um processo de acumulação com dinâmica especificamente capitalista.

A Inglaterra adquire agora uma posição de *hegemonia* no cenário mundial. Convém ressaltar que, como hegemonia industrial, sua liderança exercia-se sob relações "justas" de troca.<sup>12</sup> Mas é preciso esclarecer que a Inglaterra conciliava os interesses das outras nações sob seu comando ; daí o termo "pax britannica".

---

<sup>12</sup> Isso não impedia, é claro, que o império britânico, com sua sede de riqueza e poder, mantivesse o emprego da força em vastíssimos territórios do globo - o exemplo mais corriqueiro é o caso da Índia nesse período.

Da noção de hegemonia britânica, segue-se a constatação da "livre concorrência". É óbvio que não se tratava da livre concorrência descrita nos livros-texto de cunho neoclássico (empresas de mesmíssimo porte, substituição perfeita entre capital e trabalho, ausência de "lucro" etc.) - nem esta seria compatível com o modo capitalista de produção. Diz-se "livre concorrência" do século XIX no sentido de participação dos pequenos capitais na dinâmica capitalista - ou seja, da possibilidade de convivência destes com o grande capital -, ao contrário do processo de monopolização e cartelização do final do século. Não por outro motivo é que chamou Schumpeter (1939, pp.202-3) de "onda burguesa" a esse período - pela força ímpar dos interesses das classes industriais e comerciais (e não burocráticas ou financeiras) sobre a política e a própria cultura.

A "livre concorrência" manifestava-se: (i) na tendência à nivelção das taxas de lucro, corrigidas por crises periódicas; (ii) na fixação das taxas de salários; (iii) na queda dos preços das mercadorias; (iv) no Estado não-intervencionista e; (v) no livrecambismo internacional. Vejamos com maior rigor esse último aspecto.

Assistindo à concorrência *interna* em sua plenitude, a burguesia industrial inglesa passa a lutar contra as normas protecionistas *externas* (defendidas pelo setor agrário e pelas elites coloniais), outrora estímulo, agora entrave, ao desenvolvimento fabril. A pressão vai-se materializando e as normas exclusivistas vão sendo revogadas. Sem dúvida, foi a superioridade incontestável da produção manufatureira inglesa que permitiu a defesa do livrecambismo, política que abriria mercados externos para a indústria e facilitaria a importação de matérias-primas. O triunfo ideológico de David Ricardo é esmagador.

### ***Reprodução da hegemonia inglesa: relações comerciais e financeiras internacionais***

Os outros países vão seguindo o movimento de abertura, encerrando um livrecambismo que, para um Landes ou um Polanyi, representa muito mais uma aberração na história, que uma tendência "natural" das sociedades.<sup>13</sup> Na verdade, durante o período-auge do capitalismo concorrencial, a economia inglesa vai aumentando progressivamente seu coeficiente de abertura comercial. Como a expansão das importações (alimentos e matérias-primas, minérios notadamente) era superior à das exportações, a balança comercial mostrava-se

---

<sup>13</sup> "Foi como se a própria expansão da economia e a euforia geral devido ao crescimento e à prosperidade houvesse convencido aos países e às pessoas que deveriam baixar sua guarda, abandonar o controle em favor da liberdade, o

deficitária. Mas a crescente efervescência do comércio mundial ressaltava a posição dos "serviços" britânicos (transportes e seguros), a ponto de fechar positivamente o balanço de transações correntes.

O superávit nas transações correntes permitiria a exportação de capitais - "Londres tornou-se o centro financeiro do mundo". Esses empréstimos de capitais destinavam-se, grosso modo, à construção de infra-estrutura básica nas industrializações emergentes ou mesmo nas regiões agrário-exportadoras - investimentos que aceleravam a mercantilização do resto do mundo. Ora, nesse sentido, o resultado final (somando-se a formação de um verdadeiro mercado mundial de força de trabalho) seria a intensificação das relações comerciais com a Inglaterra, num círculo virtuoso que explica com algum grau de precisão a reprodução da "pax britannica".

No mercado propriamente monetário, as relações interbancárias de expansão/contração de liquidez, ainda que internacionais, eram reguladas em solo inglês, basicamente sob o comando do Banco da Inglaterra. Basta, entretanto, para o âmbito do presente trabalho, entender que a estabilidade do padrão libra-ouro *não* era fruto dos "mecanismos automáticos" descritos nos livros-texto (movimentos divergentes dos níveis de preços entre os países superavitários e deficitários, recolocando o equilíbrio). Os dados empíricos mostram justamente um movimento *uniforme* do nível de atividade e dos preços entre os países...

Na verdade, aquela estabilidade jazia exatamente (e em nítida oposição ao livro-texto) na *convergência* dos interesses internacionais, sob o comando inglês, e nos créditos em libras daquele país ao resto do mundo. Não havia, enfim, nada parecido à "tendência ao equilíbrio externo dos países".<sup>14</sup>

*De qualquer forma, é interessante notar que, a partir do movimento do capitalismo concorrencial sob hegemonia inglesa, o "dinamismo" desse país é, de alguma forma, exportado para o resto do mundo. Na verdade, algumas nações iriam conseguir, e apenas algumas nações, desenvolver o processo de industrialização nesse período a partir das próprias relações comerciais/financeiras com a Inglaterra. Temos de responder, portanto, a*

---

paroquialismo em favor do universalismo e a tradição pela mudança, a segurança do exclusivismo pelo risco, com benefícios potenciais, de um mundo aberto" (Landes, 1969, p.220).

<sup>14</sup> O leitor já deve ter observado que a análise acima decorre da leitura de Triffin (1979) e Aglietta (1987). Os autores mostram como a estabilidade do valor da libra, em ouro, explicava-se, além das descobertas acidentais de jazidas do metal no período (África do Sul e Califórnia), justamente pela manutenção, por parte dos países, de saldos em libra - e não só em metal. Ou seja, é a própria confiabilidade no padrão que o explica! Basta observar a expansão gigantesca da quantidade de papel-moeda sem lastro no período.

duas questões: (i) por que algumas nações obtiveram êxito nesse sentido? e; (ii) por que somente elas?

### ***A hegemonia inglesa como barreira a outras industrializações***

Iniciemos pela segunda questão. É forçoso admitir que o processo de industrialização não é em nada trivial - é uma tarefa complexa e árdua. Para a absorção dos elementos dinâmicos da indústria inglesa, os países necessitavam apresentar certos requisitos fundamentais. Um processo de industrialização na fase concorrencial do capitalismo implicava (i) aparelho industrial integrado ( $D_I$  e  $D_{II}$ ); (ii) sistema de crédito que garantisse mobilidade ao capital e; (iii) massa de trabalhadores livres. A tecnologia ainda é de fácil aquisição,<sup>15</sup> e não há grandes plantas industriais.

Havia uma série de entraves - de natureza econômica, social, política, cultural - ao desenvolvimento fabril nos espaços nacionais. Uma descrição interessante está no capítulo 3 da obra notável de Landes (1969). Problemas de custos de transportes, dificuldades com as matérias-primas. Havia o problema das aduanas internas, ou das regulamentações gremiais. Ou ainda fatores de ordem cultural: o predomínio do luxo e da segurança, e não do trabalho e do risco. O próprio conceito de "empresa" mostrava-se identificado com a família, fato que impedia o desenvolvimento da "cultura da livre concorrência": progredir demasiadamente significaria arruinar os vizinhos. Assim, e em contraste com a Inglaterra, o mundo (incluindo o próprio continente europeu e os Estados Unidos), na virada do século XIX, apresentava-se ainda como uma comunidade de inúmeros mercados, pequenos e isolados.

Nesse sentido, conforma-se determinada articulação a nível mundial em torno do único país verdadeiramente industrial.

\* Nos países de passado colonial da América Latina, a presença das metrópoles ibéricas prejudicava os interesses mercantis das classes emergentes, ansiosas de comerciar diretamente com a Inglaterra. Esta última detinha posição subordinadora sobre as metrópoles, as quais, dentro do sistema colonial, acabam por funcionar como meros entrepostos comerciais. *"A conjuntura das Guerras Napoleônicas com a consequente ocupação da Península Ibérica pelos franceses criou as condições para a definitiva ruptura do pacto colonial"* (p.132).

---

<sup>15</sup> Contra tal concepção de a questão tecnológica não se constituir propriamente num problema até a II Revolução Industrial (concepção de Landes, Oliveira, ou Cardoso de Mello), ver Gerschenkron: "(...) à exceção dos Estados Unidos, aos países atrasados custou-lhes assimilar a produção de maquinaria moderna" (p.15).



No entanto, é claro que, mesmo após os processos de independência, as novas nações não se mostraram capazes de participar decisivamente do comércio exterior. O livre-cambismo amplia, é bem verdade, os horizontes de acumulação dos mercadores latino-americanos, cansados da exação fiscal e dos altos preços de importação decorrentes do pacto colonial. Mas a inexistência de atividades industriais e manufatureiras significativas de caráter local transfere o comércio exterior às mãos dos ingleses. As jovens nações latino-americanas passam a ter nítida relação de *complementaridade* com a Inglaterra: produtos primários em troca de bens industriais. Típica divisão internacional do trabalho.

\* Nos "domínios brancos" (Nova Zelândia, Austrália, Canadá), a inexistência de terras densamente povoadas permite o surgimento de sociedades formadas por imigrantes. Sociedades, desde seus inícios, livre-cambistas na forma mais pura, baseadas na pequena produção voltada à exportação.

\* Nas antigas e mais complexas sociedades (China, Índia, Egito), a resistência em relação à hegemonia inglesa resultou no uso da violência para sua instalação. Interessava à Inglaterra as atividades primário-exportadoras, e não artesanais, dessas sociedades.

### ***Casos particulares que responderam positivamente às relações com a Inglaterra: a industrialização atrasada***

Entretanto (e já adentrando nossa *primeira* questão), a descrição da articulação mundial acima não está completa. *Algumas regiões, entraves à parte, já eram espaços em que o capital mercantil nacional e a pequena produção independente desenvolveram-se bastante (para os padrões do período)*. Esse é o ponto. Tal desenvolvimento prévio permitiria a essas regiões, como veremos mais à frente, absorver o dinamismo do capitalismo inglês. Somente nesses casos é que a "tensão", de que fala Gerschenkron, entre o estado real (atrasado) da economia e a promessa de desenvolvimento industrial mostrar-se-ia suficientemente forte para ocasionar a mudança. Somente nesses casos é que o "desafio inglês", de que fala Landes, foi suficientemente intenso para desencadear movimentos concretos de resposta à hegemonia britânica, a qual ameaçava os desenvolvimentos nacionais. Para essas regiões, a expansão econômica da Inglaterra proporcionava justamente novas possibilidades de dinamismo interno. Reforçava os antigos laços mercantis. Estimulava organização de novos setores produtivos. São os espaços que constituem as *industrializações atrasadas ou retardatárias*.

Estamos falando da França, dos estados alemães e dos Estados Unidos ("primeira onda das industrializações atrasadas"); e da Rússia, da Itália e do Japão ("segunda onda das industrializações atrasadas"). *"Ora, (...) não fosse o caso dos Estados Unidos, poderíamos afirmar que a natureza das industrializações atrasadas foi determinada, em última instância,*

*pela fase concorrencial do capitalismo a nível mundial e, em primeira instância, pelo passado feudal dos países" (pp. 118-9). A diferenciação das duas "ondas" obedece ao propósito de distinguir as industrializações ocorridas no apogeu do capitalismo concorrencial, das realizadas mais tarde, na transição deste para o capitalismo monopolista-competitivo.*

### ***Mercantilização prévia dos países da primeira onda***

Iniciemos com a análise dos países que constituíram a primeira onda das industrializações atrasadas.

No parágrafo seguinte, mostraremos as relações dinâmicas, no século XIX, de tais países com a Inglaterra, que resultariam na formação de economias industriais que (contraditoriamente) colocariam em xeque o caráter hegemônico inglês. Por ora, entretanto, é importante apenas compreender de que forma fôra historicamente possível a esses países desenvolverem o capital mercantil nacional e a pequena produção independente.

\* Nos Estados Unidos, a colonização não tivera caráter homogêneo. O Sul rigorosamente subordinara-se aos comerciantes britânicos, exportando à Inglaterra mercadorias não-concorrentes com a agricultura metropolitana. A menor rentabilidade da pequena propriedade estimulava a organização escravista de produção, criando estrutura social que retardava o desenvolvimento capitalista na região. Mas nas colônias de povoamento do Norte, formadas basicamente por camponeses e artesãos fugidos das lutas sociais, das perseguições político-religiosas e da proletarianização, advindas da crise feudal, triunfara justamente a pequena propriedade não-vinculada ao capital mercantil inglês. As condições climáticas semelhantes à Europa (que obrigavam à produção dos mesmos artigos agrícolas) ; a abundância de terras (que inibia o desenvolvimento do regime de assalariamento) ; a pequena propriedade ; o regime de servidão temporária - tudo contribuía para que se transplantasse às colônias do Norte uma sociedade similar à feudal européia (em crise).

No Norte, portanto, a pequena propriedade estimulava o dinamismo do capital mercantil local. Dinamismo ainda estimulado pela ausência de estamentos aristocráticos, pelo fraco poder da Igreja ou do artesanato corporativo, os velhos grilhões da Europa feudal. Nesse sentido, vão-se multiplicando os trabalhadores especializados, e mesmo manufaturas vão sendo criadas. Com o passar do tempo, tais colônias do Norte estreitam relações comerciais com as

Antilhas, participando inclusive do tráfico negreiro. Integram-se, pois, dinamicamente com os estímulos do mercado mundial.

É claro que o desenvolvimento acima implicava importação *crecente* de produtos primários oriundos de colônias não-inglesas e *decrecente* de manufaturados ingleses. Fatores que desembocariam no processo revolucionário da Independência, liderado pelos comerciantes do Norte. Configura-se agora um Estado Nacional provedor de apoio institucional necessário ao desenvolvimento do capital mercantil: protecionismo, concessão de créditos etc. *"Esse surto de progresso material após a independência ia progressivamente conformando uma economia integrada que participava ativamente do mercado mundial. A demanda de alimentos e algodão pela Europa estimulava a produção mercantil agrícola americana. O país importava parte das manufaturas consumidas internamente e recebia ainda imigrantes europeus e capitais ingleses, que antes da era ferroviária destinavam-se basicamente a empréstimos aos governos estaduais. A agricultura sulista, por seu turno, comprava alimentos do centro-oeste e manufaturas do nordeste, e a agricultura de pequenos proprietários também se abastecia comprando manufaturas em grande parte produzidas no nordeste"* (p.152).

A vigorosa expansão da agricultura mercantil será, mais tarde, fundamental para potencializar o crescimento da indústria. Funciona não só como mercado consumidor e fornecedor à indústria manufatureira, mas também como estímulo à construção ferroviária. A lavoura escravista do Sul, por seu turno, embora de início importante na relação de complementaridade com o Norte, seria superada pela mecanização da pequena propriedade. A escravidão é abolida.

\* Na França, as Revoluções do final do século XVIII varreram a estrutura social do antigo regime, configuraram uma sólida organização camponesa de produção no campo e revogaram as antigas regulamentações gremiais. O desenvolvimento do *putting-out*, da manufatura e do sistema bancário vão criando as condições para o processo de industrialização. Some-se ainda o fornecimento de infra-estrutura por parte do Estado. Mas o capitalismo ali implantado seria o mais frágil dessa primeira onda de industrializações atrasadas. Os triunfos políticos dos camponeses (aferrando-se nos antigos costumes) e das indústrias familiares, embora entraves à proletarização impiedosa, configurariam um modo de produção menos dinâmico.

\* Finalmente, os estados alemães, após as guerras napoleônicas, não haviam ainda solucionado o problema da unificação. Representavam uma estrutura econômica atrasada,

onde a servidão e as regulamentações gremiais impediam o fortalecimento da burguesia. O interessante é que as próprias forças conservadoras iriam, mais tarde, romper com os entraves ao desenvolvimento do capitalismo. Formar-se-ia a União Aduaneira; proletarizar-se-ia o campo ; apoiar-se-ia a produção manufatureira. *"Na Alemanha, o próprio surgimento do capital industrial dependeu da ação dos bancos de investimento e esta estreita relação entre bancos e indústria possibilitou um rápido processo de centralização de capitais. Com o apoio do crédito do capital dos bancos e gozando da proteção da legislação alemã, os cartéis logo são implantados e funcionaram como poderoso instrumento para a eliminação dos concorrentes mais débeis"* (p.173).

### ***Complementaridade restrita com a Inglaterra***

Compreendidas as razões históricas que moldaram economias dinâmicas (em termos da mercantilização interna) nos Estados Unidos, na França e nos estados alemães, convém agora analisar seus processos de industrialização.

É claro que mercantilização e pequena produção, ainda que indispensáveis, não forneceriam todos os elementos necessários para tamanho salto. O capitalismo já fôra inaugurado em escala mundial, e exigia mais que isso. Outros requisitos, portanto, deveriam ser buscados fora dessas economias. Na própria Inglaterra. Cite-se, como exemplo, a emigração de quadros técnicos britânicos, num período em que o operário especializado carregava consigo toda a tecnologia necessária para o desenvolvimento fabril. Cite-se a importação de capital e meios de produção ingleses. Estava formado o caminho para a industrializações que, no decorrer do século XIX, iriam questionar a própria hegemonia inglesa.

Em outras palavras: tais países, de início, também importavam capitais e produtos industriais ingleses (meios de produção, inclusive) e exportavam matérias-primas e alimentos. Mas essa relação de complementariedade com a Inglaterra justamente estimularia (e não inibiria) a economia mercantil interna em direção à industrialização. *"Por isso mesmo, a relação entre a economia inglesa e a dos países de capitalismo atrasado foi denominada de complementaridade restrita. Restrita porque a realização de complementaridade tendia a negá-la, ou seja, a exportação de primários e a importação de capitais e meios de produção da Inglaterra, ao impulsionarem a industrialização dos países atrasados, tendiam a transformar a complementaridade em antagonismo"* (p.167).

As relações econômicas da França, dos EUA e da Alemanha com a Inglaterra estimularam, portanto, o desenvolvimento do capital industrial nacional e a implantação da grande indústria. Contudo, *mesmo tal expansão industrial mostrava-se agora insuficiente para propiciar o salto da industrialização*. Justamente por serem atrasados, as etapas da formação do modo especificamente capitalista de produção nesses países teriam que ser diferentes da industrialização originária. A indústria têxtil *não* foi capaz de desencadear a industrialização atrasada.

### ***O "boom" das ferrovias e o salto da industrializações***

Somente o desenvolvimento da construção ferroviária, a partir da década de 1840, estimularia de uma vez por todas essa primeira onda de industrializações atrasadas.<sup>16</sup> A estrada de ferro ocasionaria uma violenta queda dos custos de transporte, permitindo efetivamente a unificação do mercado interno. As implicações dessa "revolução" nos transportes são óbvias demais para aqui serem explicitadas. Basta dizer que as produções locais "atrasadas" foram completamente arrasadas. Ou que os estrangulamentos de matérias-primas, tão caros até então à produção manufatureira, foram ficando cada vez menos frequentes. Ou que os diversos mercados locais foram integrados, a cidade ao campo inclusive<sup>17</sup>.

Mas também o lado da demanda da indústria ferroviária, e não apenas da oferta, é fundamental para alavancar as industrializações atrasadas. Pois a construção ferroviária representava consumo crescente de meios de produção. Ora, isso significa reduzir o consumo, digamos, *final* (bens de consumo) a uma posição progressivamente subordinada ao movimento geral da acumulação.<sup>18</sup> O departamento de meios de produção (D-I), portanto, passa a ser o centro dinâmico da economia no processo de constituição das bases técnicas do capital, e é através de sua expansão que se criam os requisitos para a produção *fabril* dos bens de consumo.

O raciocínio também pode ser desenvolvido do seguinte modo: a superioridade da indústria têxtil inglesa não permitira a conquista, por parte dos países atrasados, de parcela significativa do mercado mundial; e nem mesmo o processo de mercantilização de suas economias mostrou-se suficiente para gerar amplos mercados internos. Portanto, a indústria

---

<sup>16</sup> Sobre a construção ferroviária, em especial nos EUA, é essencial, sem dúvida, a leitura de Schumpeter (1939), cap.7.

<sup>17</sup> Integração que, no caso inglês, havia sido precocemente possibilitada pelo transporte fluvial e pela navegação costeira.

<sup>18</sup> Ver nota de rodapé 8.

têxtil dos países atrasados *não* conseguirá alavancar o salto da industrialização. Quem o conseguirá, entretanto, será a indústria ferroviária.

Ora, essa liderança, temporal inclusive, do assim chamando  $D_1$  já representa uma diferença substantiva do processo de industrialização retardatária em relação ao inglês. Uma constatação empírica da ausência, ou mesmo impossibilidade, de "etapas" comuns, "fases" obrigatórias, a todo e qualquer processo de industrialização.

### ***O problema da centralização de capitais***

Mas a liderança do  $D_1$  neste processo, particularidade em si, também implica outras tão mais importantes. Pois se a tecnologia, como visto, não apresentava uma ruptura prévia com a I Revolução Industrial, sendo portanto de fácil difusão,<sup>19</sup> não é o mesmo verdade com relação à *centralização necessária de capitais*.

Para a Inglaterra, desde logo, tal problema não se colocava. Suas empresas já haviam expandido à base do reinvestimento dos lucros com o "negócio têxtil". Nesse sentido, era conservada a estrutura de caráter "familiar". A construção ferroviária, é claro, ao demandar vultosos recursos financeiros centralizados, exigiu a formulação da sociedade anônima como organização empresarial ; mas *"mesmo este capital da construção ferroviária [na Inglaterra] aparecia como um simples desdobramento do antigo capital em funções, pois as ações e papéis das companhias eram vendidas em bolsa e compradas por capitalistas já estabelecidos"* (p.124).

A situação é bem distinta nos países "atrasados". Aqui, fazia-se necessária a superação das *descontinuidades entre suas estruturas econômicas e as exigências do processo de acumulação*, pela ausência de uma expansão anterior. Como, portanto, superar tais descontinuidades nos países atrasados? Como responder às demandas por capitais centralizados?

Em primeiro lugar, o *papel do Estado* foi fundamental para o financiamento do ciclo ferroviário nos países atrasados. Fornecimento de créditos, garantia à rentabilidade dos investimentos, formulação de planos nacionais, ou mesmo construção direta das estradas de ferro - a presença estatal foi decisiva. É claro que a forma ou a intensidade dessa atuação era diferente conforme o caso. Atuação menor e menos direta nos Estados Unidos, onde

Schumpeter entende o "ciclo" ferroviário como burguês por excelência ; maior e mais direta nos estados alemães.

Mas não somente pela presença do Estado é que a industrialização atrasada distinguia-se (e tinha de distinguir-se) da inglesa. A *sociedade por ações* generalizava-se com rapidez naqueles países. A presença decisiva do *capital estrangeiro* (inglês, basicamente) para a superação das descontinuidades também deve ser ressaltada. Ou ainda - ponto que mereceria melhor atenção - a implantação dos *bancos de investimento*, os quais libertavam as inversões dos limites impostos pela prévia acumulação de recursos monetários.

De um modo geral, portanto, a centralização de capitais solucionava o problema das desproporções de recursos dos capitalistas individuais frente às exigências dos novos setores. Como resultado, as empresas desses setores surgiam estruturadas de maneira "moderna" (e somente assim poderiam surgir). A presença positiva do Estado, a participação ativa do capital bancário e estrangeiro, a proliferação de genuínas sociedades por ações - tudo apontava para a "modernidade" da estrutura industrial dos países atrasados frente à da Inglaterra. Entretanto, é forçoso reconhecer que as empresas dos outros setores menos dinâmicos ("arrastados" pela ferrovia) apareciam organizadas ainda nos moldes tradicionais. Tal fato era mais claro na França e nos Estados Unidos.<sup>20</sup>

### ***Rivalidades nacionais e capitalismo "monopolista-competitivo***

Por todos esses fatores é que a primeira onda do processo de industrialização atrasada, se bem inserida num contexto internacional de capitalismo concorrencial e por ele possibilitada, vai-se configurando como antagônica à hegemonia inglesa. Os produtos industriais de tais países buscam mercados para sua expansão; o capital inglês já tem concorrentes internacionais. *A presença, portanto, desses conflitos econômicos necessariamente alteraria o "caráter" do capitalismo*; sua estrutura seria obrigatoriamente outra a partir de então.

---

<sup>19</sup> Ver nota de rodapé 15.

<sup>20</sup> Na Alemanha, entretanto, a desproporção das disponibilidades de capital é enorme mesmo nesses ramos *distantes* do pólo ferroviário. Portanto, também neles (e não apenas nos ramos diretamente ligados às estradas de ferro e à infra-estrutura) a empresa alemã já nasce estruturalmente "moderna". O ponto está brilhantemente descrito em Landes (1966), quando compara a "estrutura da empresa" inglesa com a alemã: "[In Britain] the conditions of capital supply - the absence of powerful investment banks and the availability of local resources, within and without the enterprise - go far to account for the persistence of traditional patterns of business organization and behaviour into the twentieth century (...) [In Germany] it was not only that the banks floated the securities of new or expanding enterprises; the point is that they retained an interest in their offspring and exercised a continuing influence on, if not control over, their operations" (pp. 104/109).

E, como veremos à frente, com prejuízo potencial para a própria Inglaterra. A indústria inglesa mostrar-se-ia, a partir da nova etapa do capitalismo mundial, "atrasada" : estrutura da empresa mais conservadora; setores "líderes" menos dinâmicos; menor agilidade burocrática. Nos países recém-industrializados, pelo contrário, mesmo a "ideologia do avanço industrial", necessária para superar os entraves culturais ao salto econômico, colocar-se-ia como um elemento de dinamismo frente à concepção "liberalizante" inglesa (Gerschenkron, pp.36 e ss.).

***Em que consistiria, portanto, esse novo "caráter" do capitalismo?***

Em primeiro lugar, a perda do monopólio dos produtos industriais ingleses e o excesso de oferta a nível mundial (a partir das novas industrializações) alimentariam um processo de crescente *protecionismo*, cuja face mais extremada foi o assim chamado "neocolonialismo" (para Schumpeter, entra-se no "Kondratieff Neomercantilista"). Desaparece, portanto, a crença de que o livre-cambismo pudesse ser compatível com os interesses internos. Havia necessidade de defender os preços e a produção, e os governos não tardariam em fazê-lo.

Havia também novas dificuldades *técnicas* para a industrialização. No bojo da Grande Depressão do último quartel do século XIX (movimento que representa nada mais que a crise do próprio capitalismo concorrencial, ou, como o quer Schumpeter, do ciclo "longo" ferroviário), vai-se gestando aquele conjunto de inovações que ficariam conhecidas como *II Revolução Industrial*. Novos materiais, ou novos métodos para produzir certos produtos, como é o caso do aço ("*Se tivéssemos que escolher a característica mais importante da tecnologia do último terço do século XIX, seria a substituição do ferro pelo aço e o incremento conseguinte no consumo de metal per capita*" - Landes, 1969, p.271); novas formas de energia, como é o caso da eletricidade ( "*Do mesmo modo que é possível associar o segundo Kondradieff com as estradas de ferro, e com as mesmas qualificações, o terceiro pode ser associado à eletricidade*" - Schumpeter, 1939, p.247); novas condições técnicas do trabalho (aumento da desqualificação, mecanização, organização mais racional da produção, aumento das plantas) e; ligação crescente entre ciência e tecnologia.

Dentro da mesma linha de raciocínio, pode ser nitidamente vislumbrada, nesse momento, a intensificação do processo de concentração e centralização do capital, promovendo



a *monopolização* dos principais mercados industriais por empresas cada vez maiores.<sup>21</sup> O processo de produção é agora comandado pelo capital bancário, ensejando a constituição de um "capital financeiro". Aqui, aliás, uma das razões da "inferioridade" inglesa desse período, apontada por Landes: os bancos londrinos, se bem eficientes na administração do mercado monetário do padrão-ouro, tinham pouca capacidade criadora e menor iniciativa para empreender grandes projetos de cunho industrial.

Sem perder mais tempo nessas descrições, diríamos que todas as características acima (protecionismo, revolução tecnológica, aumento do tamanho médio da planta industrial, monopolização do capital, emergência do capital financeiro) apontavam para uma *nova fase do capitalismo mundial*.<sup>22</sup> Não mais um capitalismo concorrencial ; mas sim um *capitalismo monopolista-competitivo*. O "competitivo" para mostrar que de modo algum a concorrência é abolida, ou mesmo diminuída - pelo contrário, talvez tenha até tornado-se mais aguda! Mas, fato que não pode ser negado, a concorrência agora se dá a partir dos grandes blocos de capital, dificultando o acesso do pequeno capital - daí "monopolista". *Não por acaso é que os países de industrialização "atrasada" vão rigorosamente superar a Inglaterra, no bojo da II Revolução Industrial: as estruturas (industriais e financeiras) que haviam se formado como "necessidade" para a industrialização mostrar-se-iam, agora, como "vantagens dinâmicas do atraso"*.

Embora não fundamental para o âmbito do presente trabalho, é interessante acrescentar que as condições e os pré-requisitos para *novos* processos de industrialização ("tardios") também se alteram substantivamente. Países que desejassem alavancar tais processos, a partir de agora, deveriam fazê-lo frente a essa nova realidade. A perda de dinamismo do comércio internacional dificultaria as importações necessárias para o "salto"; mas, em compensação, a luta acirrada entre as potências manifestava-se na crescente *exportação de capitais*, abundantes portanto no mercado mundial. As barreiras técnicas eram muito mais explícitas, e ainda maiores as escalas mínimas de produção. Havia também dificuldades para o desenvolvimento de um sistema amplo de crédito à base do capital financeiro. Sem falar da necessidade de educação entre uma parcela cada vez maior da população, "educação" entendida como "a transmissão de quatro tipos de conhecimento, cada qual com sua própria contribuição

---

<sup>21</sup> "Of course, consolidation was not a new phenomenon (...) New, however, were the scale, some of the methods, and, to a certain extent, the meaning. In all cases, (...) those mergers meant new units of control, new principles of management, new possibilities of industrial research, and, at least eventually, new types of plant and equipment (Schumpeter, 1939, p.251).

<sup>22</sup> "Whatever we may think of the importance of immediate economic effects, looking back today, it is impossible to mistake the significance of these symptoms of a changing attitude toward capitalism" (Schumpeter, 1939, p.248).

ao funcionamento econômico: 1) a capacidade para ler, escrever e calcular; 2) as habilidades do artesão e do mecânico; 3) a combinação de princípios científicos e experiência prática dos engenheiros; e 4) o conhecimento científico de alto nível, tanto teórico como aplicado" (Landes, 1969, p.365).

Ou, por outra: os descompassos entre as estruturas econômicas e financeiras dos países não-industrializados e as exigências para o bloco de investimentos necessários à industrialização são muito maiores. Nesse sentido, vai-se tornando cada vez mais difícil a arrancada para um processo de industrialização que incorpore os elementos dinâmicos da II Revolução Industrial em *toda* a economia. Vale dizer, embora seja possível, em alguns casos, o "salto" industrializante, não é menos verdade que se mantêm as formas pretéritas de organização de produção em vários ramos. O avanço sobre os setores mais modernos não significa "modernização do tecido social". Essa é uma das contradições mais problemáticas que os países de industrialização tardia (e mesmo os da segunda onda das industrializações atrasadas, como veremos) têm de enfrentar. Desenvolvimento e atraso coexistem em todos esses casos.

### ***A segunda onda das industrializações atrasadas***

Vimos por que motivos França, Alemanha e Estados Unidos iniciam seus processos de industrialização no apogeu do "capitalismo concorrencial". Vimos também o modo pelo qual esses países, para tal fim, aproveitaram-se da própria dinâmica dessa etapa do capitalismo mundial, para mais tarde contraditoriamente superá-la em direção à sua negação: o "capitalismo monopolista-competitivo". Resta-nos, ainda, analisar as linhas gerais da *segunda onda das industrializações atrasadas* (Rússia, Itália e Japão).

Na verdade, tais países industrializaram-se justamente na transição entre o capitalismo concorrencial e o capitalismo monopolista-competitivo. E, nesse sentido, apresentam algumas especificidades bastante interessantes. Antes, porém, são necessárias algumas palavras a fim de demonstrar o desenvolvimento prévio, nesses países, da mercantilização da economia (condição *sine qua non* para a industrialização), muitas vezes estimulada pelo próprio Estado Nacional.

\* O feudalismo no Japão apresentara fortes semelhanças com o europeu. À queda do regime feudal seguiu-se, no século XVII, o processo de unificação nacional, o desenvolvimento mercantil e a diferenciação da estrutura produtiva. Entretanto, o país sempre

preservou o isolacionismo com todas as forças. É importante notar que a industrialização da segunda metade do século XIX é levada adiante como meio de garantir a integridade nacional frente a agressão externa. Trata-se da restauração Meiji. Os recursos para seu financiamento são adquiridos através de uma brutal tributação sobre o campesinato, fato que simultaneamente acelera o processo de proletarização.

Por outro lado, o Japão, embora adotando o livre-comércio a contragosto, utilizou-o para aquisição de meios de produção. Eram pagos com receitas de exportação de bens primários, esses produzidos a partir de novas técnicas de cultivo e de processo de concentração fundiária.

\* Na Rússia, o processo de mercantilização também foi bastante retardado. A formação do estado nacional coincide com a solidificação da servidão. É o poder central que acelera o desenvolvimento fabril (manufaturas), visando fundamentalmente a segurança nacional (a derrota na Guerra da Criméia havia desmascarado a fraqueza da economia russa).

Os camponeses, liberados no século XIX, sofrem contudo violenta tributação. São tais recursos que financiarão o processo de industrialização. A agricultura, embora pouco desenvolvida, financiava a aquisição de máquinas.

As observações acima mostram que, num mundo já caminhando para a monopolização do capital e para o protecionismo, e ainda sofrendo queda violenta dos preços agrícolas (Grande Depressão do século XIX), o papel do Estado nos processos de industrialização tinha de ser decisivo. Não apenas maior, como qualitativamente diferente. Na primeira onda de industrializações atrasadas, ao Estado coube centralizar os montantes de capital necessários e implantar a infra-estrutura correspondente. Agora, ao Estado cabe também promover diretamente a industrialização, realizando tarefa historicamente destinada à burguesia. Burguesia, obviamente, débil política e economicamente.

A industrialização, portanto, não somente tem o *apoio* do Estado; ele é o próprio *líder* da industrialização. "*Os próprios bancos foram criados pela ação do governo*" (p.184), e tornaram-se o elo dominante da propriedade capitalista. O sistema bancário literalmente precedia a demanda industrial. O capitalismo nesses países, portanto, apresentou desde os seus inícios caráter monopolista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, M. **El fin de las Divisas Clave**, 1987 (orig.1986), Mexico, Siglo Veintiuno.

CARDOSO DE MELLO, J.M. **O Capitalismo Tardio**, 1982, São Paulo, Brasiliense.

FAUSTO, Ruy. **Marx: Lógica & Política, tomo I**. 1987, São Paulo, 2 ed., Brasiliense.

GERSCHENKRON, A. **El Atraso Económico en su Perspectiva Histórica**, 1968, trad. esp. Barcelona, Ariel.

LANDES, D.S. **Bankers and Pashas**, 1966, London-Melbourne-Toronto: Heinemann.

LANDES, D.S. **The Unbound Prometheus**, 1987 (orig. 1969), Cambridge University Press.

OLIVEIRA, C.A.B. **O Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado**, 1985, Campinas, IE/Unicamp.

SCHUMPETER, J. **Business Cycles**, 1989 (orig. 1939), N.York, McGraw-Hill.

TRIFFIN, R. **A Evolução do Sistema Monetário Internacional: reavaliação histórica e perspectivas**, 1979, Série ANPEC de Leituras em Economia.